

Altera o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, e o Decreto nº 83.304, de 28 de março de 1979, para estabelecer prazos para formalização de acórdãos, intimações e interposição de recursos no âmbito do processo administrativo fiscal federal.

**O Congresso Nacional** decreta:

**Art. 1º** O Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, passa a vigorar acrescido do seguinte do art. 37-A:

“Art. 37-A. O Conselheiro Relator do processo ou o Conselheiro designado para redigir o acórdão terá o prazo de até 30 (trinta) dias para formalizar o acórdão perante a Câmara da qual faça parte no Conselho de Contribuintes ou na Câmara Superior de Recursos Fiscais.”

**Art. 2º** O art. 3º do Decreto nº 83.304, de 28 de março de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º .....  
.....

§ 2º O prazo para interposição de recurso especial será de:

I – 15 (quinze) dias, contados da intimação da decisão, para o sujeito passivo;

II – 45 (quarenta e cinco) dias, contados da intimação da decisão, para a Fazenda Nacional.

.....” (NR)

**Art. 3º** O prazo previsto no art. 37-A do Decreto nº 70.235, de 1972, para as decisões proferidas antes da data de publicação desta Lei, será de 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação desta Lei.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em                      de abril de 2008.

Senador Garibaldi Alves Filho  
Presidente do Senado Federal